

INSERÇÃO SOCIAL: Desafios Comunitários de Vulnerabilidades

Gilberto Luna de Moura

Psicólogo – Secretária Municipal de Inclusão Social ·
Pernambuco · Brasil, demouraz015@gmail.com

Introdução

O percurso do desenvolvimento humano sempre surgiu de uma necessidade de busca de conhecimento. A pergunta central do indivíduo humano sempre foi e será: De onde vim? Para onde vou? Quem sou eu? A ciência procura cada vez mais dar uma resposta a essas indagações, mas essas respostas estão intrínsecas no interior do ser humano, porque o indivíduo humano é um eterno sedento de conhecimentos e buscas, ele não descansará em paz enquanto não vislumbrar em si próprio suas carências e afetos, aquilo que o torna capaz e dar sentido na sua vida.

O ser humano está sempre em processo de construção. Ele constrói e é construído ao mesmo tempo. O conhecimento é para ele um processo de eterna busca, ele não é uma pessoa inacabada, como ser sociável, ele é sim um construtor de sua história e autor constante de suas buscas.

Dentro dessas eternas buscas do ser humano, surgem as políticas públicas de assistências sociais, as quais foram cedidas no Brasil, de certa forma, pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e tiveram um caráter de antecipação e agregação dos trabalhadores, em favor da harmonia entre classes e do desenvolvimento capitalista.

As políticas de Assistência Social surgem da necessidade humana, pelas vulnerabilidades dos indivíduos e essas devem dar uma singela resposta ao próprio ser humano, naquilo que eles devem fazer para continuar crescendo como pessoas e não como ser inacabado. As políticas públicas da assistência social agem na emergência e imediato dos vulneráveis, mas devem ter consciência de sua função: proteção e conscientização das pessoas que procuram o serviço social. Esses são alguns dos desafios que estamos afrontando aqui neste artigo que segue.

1. Surgimento das Políticas públicas da Assistência Social

Toda e qualquer política pública ou outra situação emergente sempre surgem para enfrentamento de uma emergência, de uma situação desafiadora, com a situação social no nosso país e comunidades locais não foi diferente. Porém, com um diferencial importante, às vezes surge com interesse coletivo e outras vezes com interesse pessoal ou “polítiqueiro”. Precisa-se saber, ter ciência para distinguir o “joio do trigo”.

O surgimento da Assistência Social, implantada no nosso país e comunidades locais, se mostrou, de acordo com alguns pesquisadores, com “segmentos progressistas da sociedade como uma prática e não como uma política. Era vista até como necessária, mas vazia de ‘consequências transformadoras’. Sua operacionalização era revestida de um sentido de provisoriedade, mantendo-se isolada e desarticulada de outras práticas sociais” (Angelim, 2002, P.24).

A partir aproximadamente de 2010, o Sistema Único da Assistência Social SUAS passa a ser implantado em todo território nacional, com o propósito de efetivar uma rede de proteção social estável e sustentável, a partir de um novo modelo de gestão, nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios) e Distrito Federal, garantindo autonomias legais em regime de mútua colaboração institucional, num sistema hierarquicamente regulado em termos de vínculos e responsabilidades.

1.2. Programas e Serviços oferecidos pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

O CRAS pela sua constituição própria oferece especificamente à comunidade alguns serviços e programas: 1. Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) - criado em 8 de abril de 2004 (Portaria nº 78, 2004), pelo MDS, principal programa de Proteção Social Básica do SUAS, sua oferta pelo CRAS é obrigatória, e consiste na inserção de serviços da assistência social, tal como socioeducativo e de convivência, bem como encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso de renda e acompanhamento sociofamiliar; 2. Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza, 3. Centros de Convivência para Idosos; 4. Serviços para crianças que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar,

ações de socialização e de sensibilização à defesa dos direitos das crianças; 5. Serviços socioeducativo para crianças, adolescentes e jovens entre 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; 6. Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; 7. Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. Salienta-se que o psicólogo poderá participar em todas as ações descritas acima, como técnico articulador, sua atuação acontece por meio de um plano de trabalho elaborado em conjunto com a equipe interdisciplinar.

Diante do cenário descrito acima dos programas e serviços presentes nos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), nossa carta magna de 1988 quando trata do serviço social comunitário prestado à população brasileira e regional afirma no seu artigo sexto:

“São direitos sociais, educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Constituição Federal artigo 6º. 1988).

Diante dessa máxima constitucional, o que se verifica é outra realidade, existe uma discrepância social no nosso território nacional, uma dualidade entre teoria e prática. A Assistência Social tornou-se um campo de intervenção política e social e não faz parte dos debates políticos. A inclusão social é um campo vasto, amplificado em diferentes áreas e abrange diversos setores da administração pública, como foi relatado no início desse artigo. Intervenção essa que depende do gestor, ele pode fazer campanha política, segurar a bandeira da Assistência Social e muitas promessas e depois do pleito eleitoral tudo retorna à normalidade, o objeto usado não faz mais sentido naquele momento específico.

1.3. Necessidade de realização de um trabalho Inclusivo e de parceria

Como foi relatado acima, verifica-se a necessidade do desenvolvimento de um trabalho inclusivo de parceria entre os diversos setores da administração no município coroense, tais como: a educação com os projetos de serviços prestados a crianças com déficit de atenção e outros tipos de deficiências, os trabalhos multidisciplinares e integrativos nos diversos setores da educação básica, apoios pedagógicos sejam na sala de aula ou em fami-

liares, a assistência social local, apoiando as famílias em estado de vulnerabilidade em variados serviços e programas sociais oferecidos à população, equipes de técnicos visitantes das famílias vulneráveis, orientações sobre aquisição de benefícios sociais, e colaboração para que as famílias encontrem um emprego permanente.

Todos somos pessoas humanas, dotados de razão, emoção, sentimento, o que quer dizer que é impossível não nos sensibilizarmos diante de certas situações e demandas que chegam diariamente no serviço social no centro de Referência de Assistência Social ou mesmo na educação inclusiva no desenvolvimento comunitário. Esses dois setores da administração pública, como tantos outros, realizam parceria num trabalho de inclusão social diferenciado no município de São José da Coroa Grande, e abordam temas relativos à educação inclusiva é o mesmo que assistência inclusiva. Cuidando melhor dos vulneráveis, diminui os índices de desigualdades sociais entre nós e os índices de evasão escolar diminuirão certamente, seja na educação como na área social. Não podemos abordar cuidados sociais desencarnado da vida educacional, nem tão pouco de uma saúde de qualidade digna. O serviço da assistência social, seja ela prestada na educação, na saúde ou inclusão social, todas as pessoas envolvidas nessa função precisam saber controlar as emoções. Quando os usuários chegam ao serviço, eles precisam ser bem acolhidos e ouvidos nas suas demandas, a escuta ativa nesse momento é fundamental, o outro, a alteridade, deve ter certeza que suas demandas apresentadas estão sendo compreendidas de forma correta. Por isso que a habilidade e a competência dos técnicos sociais nesses serviços de referências são fundamentais, ter conhecimento, ter atitudes e capacidade para fazer acontecer à vida diária nos Centros de Referências.

Essas pessoas vulneráveis buscam naquele momento uma inserção social. Mas o que é inserção social?

O dicionário digital e outros meios digitais definem inserção social como sendo:

Inserção social é um conceito relacionado às políticas públicas de redução da desigualdade social, inserindo em termos sociais e econômicos pessoas que estão à margem da sociedade, seja por meio de projetos educativos, profissionalizantes, de moradia, entre outros.

A inserção no mundo escolar se dá a partir do momento que a criança, o adolescente, o jovem ou o adulto, são acolhidos e respeitados pelo mundo escolar no seu processo de construção do saber.

Enquanto a inserção no mundo da saúde se dá quando as pessoas recebem cuidados saudáveis de qualidade. Ter saúde é ter qualidade de vida, é ter uma harmonia biopsicossocial.

Para o mercado profissionalizante a **inserção no mercado de trabalho** se dá pelo primeiro emprego formal de um jovem. Normalmente são dadas condições para tal por meio de agências públicas de emprego, ou através de cursos de formação, ou também por iniciativa das empresas e das universidades privadas.

2. Desafios sociais

2.1. O que são desafios?

Partindo do imaginário coletivo, o desafio é diferente de dificuldade, o desafio é aquilo que desafia, é uma competição, é um jogo, é uma tarefa desafiadora, mas possível de ser realizada; enquanto que a dificuldade é aquilo que é árduo, duro, penoso, difícil, custoso, dá-se a entender que no desafio a pessoa consegue resolver, enquanto a dificuldade é mais difícil de resolver, é quase impossível encontrar a solução.

São esses sentimentos que trazemos pessoas necessitadas à procura de ajuda nos serviços sociais de referências todos os dias.

Diante das definições acima nos deparamos com alguns desafios nos serviços da assistência social. Um dos primeiros e grandes desafios da inclusão social é aprender a lidar com o público em vulnerabilidade. Por mais preparados que os profissionais estejam, não é fácil ter que encarar alguns dos aspectos mais dolorosos da nossa sociedade que se apresentam diariamente. Cada pessoa traz consigo e apresenta aquilo que é mais precioso naquela situação extrema: sua demanda.

É por isso mesmo que não é qualquer um que tem a capacidade para trabalhar na área da Assistência Social. Lidar com público em situações de vulnerabilidade exige competências especiais para propor boas soluções.

Um segundo desafio que encontramos na Inclusão Social é que as dificuldades já começam com o outro problema: as pessoas não entendem e não sabem distinguir qual é a verdadeira função da assistência social. É comum as pessoas pensarem que o papel dos profissionais da área de assistência social esteja associado à ajuda aos necessitados e aos mais vulneráveis. Os usuários, quando procuram nosso Centro de Referência da

Assistência Social (CRAS), desejam resolver suas necessidades emergenciais, para elas essa é a única função social. Porém, não foram orientadas sobre outras demandas que realizamos. Embora esta também seja parte das atribuições, ela não é a única. Afinal de contas, a assistência social visa, sobretudo, proteger os direitos sociais, civis, políticos e econômicos da população, realizamos encaminhamentos para diversos serviços sociais de inclusão das familiares, como visto anteriormente, etc.

O terceiro desafio que enfrentamos no serviço social é que, sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, não é preciso ser especialista no assunto para saber dessas contradições territorial e regional. Até porque a desigualdade está escancarada, ou seja, somos obrigados a lidar com ela todos os dias. Quem são as pessoas que procuram o serviço da assistência social? São aquelas pessoas que vivem em estado de vulnerabilidade extrema, vêm em busca de saciar as próprias necessidades emergenciais, são aquelas pessoas que já perderam a dignidade e não sabendo mais o que fazer, buscam socorro, uma solução imediata. Algumas dessas pessoas relatam quando chegam no atendimento: “Eu vim aqui atrás de uma ajuda porque perdi meu emprego, estou pagando aluguel e não sei mais o que fazer”(Sic); outras afirmam: “eu vim aqui porque meus filhos estão em casa chorando com fome há três dias e não tenho nada para dar para eles alimentar-se”(Sic); “vim aqui porque me mandaram falar com a assistente social para ver se vocês conseguem alguma coisa para dar de comer a meus filhos”(Sic). Isso significa que, ainda que o Brasil seja um país cheio de riquezas, estas estão concentradas nas mãos de poucos e muitas pessoas estão fora do acesso aos bens necessários. Outro usuário do serviço social afirma: “ Vim aqui porque não tenho onde recorrer, se eu tivesse algum tipo de trabalho ou onde ganhar alguma coisa, não viria aqui está pedindo nada a vocês” (Sic).

Como consequência desses sinais de desigualdades sociais, milhões de pessoas enfrentam dificuldades diárias, vivem em péssimas condições de moradia, educação de qualidade, falta de emprego, passam fome e lidam com os mais diversos problemas sociais. Desenvolvem-se nos arredores dos grandes centros ou metrópoles do país os cinturões, bolsões, favelas, aumento da criminalidade.

Portanto, essas pessoas estão longe, à margem da pirâmide social, é pouco provável que tenham seus direitos assegurados. Cada gestor público estadual ou municipal busca correr atrás de recursos necessários para realização de sua administração como gestor e isso, às vezes, torna muito difícil a procura de recursos financeiros e nem sempre consegue, sobretudo no

atual momento que estamos passando. Se o terceiro desafio encontrado na assistência social é a desigualdade do país, o quarto desafio é os recursos financeiros limitados, o qual já foi brevemente citado anteriormente.

O contingenciamento de recursos direcionados às políticas sociais tem se apresentado na realidade como limites para Assistência Social.

2. 2. Orçamento da Assistência Social

De acordo com a evolução histórica das despesas na área de atuação da assistência Social, o orçamento apresentado pelo Parlamento Federal para o ano de 2020, foi de um orçamento da Assistência social que está sendo retirado dos municípios e da população. Dando uma breve olhada em alguns números comparativos, nos deparamos da seguinte forma:

- 2012 era 2,47 bilhões de reais.
- 2014 aumentou para 3,06 bilhões de reais.
- 2015 caiu para 2,75 bilhões.
- 2020 foi menos ainda 1,36 bilhões.
- 2021 – era 2,6 bilhão, mas aprovado foi mais de 1 bilhão, redução de 59,34%

Déficit progressivo de Recursos Federais na Assistência Social nos últimos cinco anos.

- 2017: 21,76% déficit dos recursos federais
- 2018: 37,52 % déficit dos recursos federais
- 2019: 29,16 % déficit dos recursos federais
- 2020: 35,47 % déficit dos recursos federais
- 2021: 59,34 % déficit dos recursos federais

De acordo com o site da Assistência Social, no passo a passo sobre o modo correto da utilização dos recursos do Suas.

“A elevação da Assistência Social à categoria de política pública, direito do cidadão e dever do Estado trouxe uma nova perspectiva. O financiamento das ações passou a ser garantido. Sendo de responsabilidade dos 3 entes federados: União, Estado e Municípios. Assim, essas 3 esferas de Governo são co-responsáveis e cofinanciam as ações previstas nas nor-

mativas. Deixamos o histórico assistencialista sem previsão de recursos e de ações descontinuadas. Passamos ao repasse automático de recursos garantindo a prestação de serviços continuados”.

O quinto desafio da boa prestação de serviço da assistência social: problema na liberação de recursos.

Como estamos percebendo ao longo da leitura desse trabalho, a prestação continuada dos serviços nos centros de referências, não basta somente a boa vontade, a dedicação, disponibilidade, simpatia, harmonia, do servidor público, essas características são fundamentais, mas não são exclusivamente as únicas, não são suficientes. Precisa ter meios e recursos financeiros disponíveis para que se tenha uma assistência social de qualidade, não é diminuindo o valor dos municípios, como citado no orçamento acima, mas aumentando esse cofinanciamento, de acordo com as necessidades da população, a carência da população não diminuiu em nada, só aumenta todos os dias, a crise pandêmica está aí provando esses invisíveis. Não é tirando o pouco que tem que vai melhorar, mas colocando mais, é parceria das três esferas do poder como já citado acima.

Os recursos para os programas, ações e projetos da área vêm de repasses dos governos federais, estaduais ou municipais. Esses recursos são fundamentais para a estruturação do programa e realização dos atendimentos. Como vimos no início, os programas sociais são muitos, porém precisam receber investimento suficiente para funcionar bem.

O problema é que nem sempre é fácil ter acesso a eles. A liberação da verba enfrenta obstáculos criados pela desorganização da gestão nacional e até por conta de questões políticas. Não temos uma lei clara que obrigue o gestor público investir na política da assistência social. O gestor fica livre para investir ou não, se ele quiser pode investir, se ele não quiser, não vai investir. Não é política de Estado, mas política de governo.

O sexto desafio é a dificuldade de acessar quem precisa e realmente são as pessoas necessitadas dos serviços sociais. De nada adianta diversos serviços assistenciais existirem, se as pessoas que deveriam usá-los não estiverem indo ao encontro a eles. Infelizmente, isso acontece bastante. Por isso, são precisas as parcerias com os diversos setores públicos municipais para realização de chamadas e divulgações dos serviços existentes no município.

3. Experiência local da Assistência Social

Concluimos essa nossa relação com uma Assistência Social vista por um gestor que acredita no desenvolvimento da pessoa humana. Nesse trabalho, apresento em poucas linhas a experiência da Assistência Social no nosso município ligando assistência social em parceria com a educação, como já foi citado acima em alguns relatos.

O município de São José da Coroa Grande, está localizado no litoral Sul do estado de Pernambuco-PE, com suas piscinas naturais e grandes desafios na vida social.

Sua população está estimada em 21.868 habitantes. A renda da população vem da pesca, pequenos comerciantes e serviço público. Também aqui como no território nacional existem alguns desafios que não são diferentes dos citados acima a nível nacional. Porém, existe o trabalho constante do gestor correr em busca de recursos necessários para manter a cidade habitável, desenvolvendo uma política social pública para os municípios, e isso está diminuindo os sinais de desigualdades sociais. Porém, nem sempre se consegue uma redução adequada, uma vez que existe um déficit social muito elevado há anos. Também aqui procuramos vencer alguns desafios como assistências sociais, a falta de moradia, falta de emprego, aumento da criminalidade. Diante de tudo isso, a assistência social procura manter programas emergenciais como meio de erradicação das necessidades urgentes da pessoas. Alguns programas sociais que visam atender as demandas das pessoas que procuram os serviços no município, tais como: leite para todos; criança feliz; aluguel social; entregas de cestas básicas; encaminhamento para outros serviços como saúde, educação, aquisição de documentação; gestantes com entregas de kits enxovais; acompanhamento domiciliar a famílias em extremo estado de vulnerabilidade; equipe de visitares. Tudo isso porque a pessoa humana é relação, é alguém que precisa ser valorizada.

O indivíduo humano, na sua constituição natural, sempre foi um ser de relação, ele constrói e é auto construído, ele afeta e é afetado no seu desenvolvimento humano social, ele precisa manter relação biopsicossocial para ir crescendo no conhecimento, ele não está fora do mundo, ele é um ser *ad intra* e não está *ad extra*. A aprendizagem, portanto, nesse contexto, é uma constante busca de construção do saber, é mudança de comportamento, interno e externo. “Comportamento aqui entendido como sendo interações continuas entre um individuo que se envolve gerando mudanças ambien-

tais e essas interações modificam o indivíduo favorecendo o desenvolvimento da sua personalidade” (PERINI, 2004, pp. 108 a 10).

Essa construção do saber leva-nos a aprofundar o que seja **Personalidade**, sendo um conjunto de **características marcantes** ou traços que compõem a **individualidade pessoal** de cada ser humano. É a organização dinâmica dos aspectos cognitivos, afetivos, fisiológicos e morfológica da pessoa que leva a desenvolver o comportamento.

O comportamento humano no campo social apresenta alguns desafios comunitários de vulnerabilidades, os quais são constantes seja na educação inclusiva ou na assistência social acessível a todos, estamos cercados por pessoas vulneráveis, fragilidades essas que podem ser material ou moral de indivíduos ou grupos de riscos, vulnerabilidade essa ainda que não é somente pessoas com algum tipo de necessidade ou deficiência física, motora, mas a falta de moradia digna, falta de saúde de qualidade, falta de lazer, ausência de relações humanas sadias, ausência de acolhida nas suas escolhas e opções de vida, a construção social em torno da vida privada, realçando fragilidade e contradições, condição situacional das pessoas a partir da inserção no mundo do trabalho, da fragilidade de suas relações sociais e acesso a serviços públicos, que a lei orgânica da assistência social (LOAS) chama esse acesso de transferência de renda e alcança as diversas faixas etárias da vulnerabilidade, adultos, idosos, adolescentes, crianças (Lei 8742/93).

Alguns pontos de convergências e inclusão detectados bem enraizados na vida dos indivíduos. Qualidade de vida indica o **nível das condições básicas e suplementares do ser humano**. Estas condições envolvem desde o bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, os relacionamentos sociais, como família e amigos, e também a saúde, a educação e outros parâmetros que afetam a vida humana.

Qualidade de vida é uma expressão criada na década de 1950, relacionada com as prioridades da sociedade e do impacto delas no indivíduo.

O fenômeno da desigualdade social é marcado principalmente pela desigualdade econômica, ou seja, quando a renda é distribuída heterogeneamente na sociedade; sendo uns detentores de muitos bens, enquanto outros vivem na extrema miséria.

Segundo consta na Lei 9.394 (12 /1996) que trata sobre as diretrizes e base da educação nacional, onde no seu artigo primeiro estabelece que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa”,

etc, o qual afirma também os princípios e fins da educação nacional no seu segundo artigo.

Conclusão

Portanto, igualdade e inclusão social, situação educacional inclusiva, andam de mãos dadas, pois uma depende da outra, como ressalta a legislação, todos são iguais perante a lei brasileira de acordo com artigo 5º da Constituição Federal. A escola é o ente social transformador na comunidade, o serviço de assistência social também é serviço transformador inclusivo nas relações e cidadania, precisa, porém ser uma política social de estado e não de governo como muitas vezes acontece. O trabalho social na atualidade enfrenta alguns desafios entre como já citados e comentados acima. Precisa conscientizar as pessoas. Ensinar a “dar o peixe sem esquecer-se de ensinar a pescar”, esse sem dúvida deve ser também um dos papéis da Assistência Social, frente às necessidades dos vulneráveis.

O que fizemos até agora, foi discorrer sobre uma situação existencial e que existe necessidade para continuar pesquisando sobre Assistência Social em parceria com a educação, uma vez que são dois binômios que andam juntos como visto no decorrer desse artigo, uma depende da outra na sua subsistência.

Referências bibliográficas

Emenda Constitucional, N. 90, Brasília, 2015. Disponível em: (https://books.google.pt/books?id=cencDwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Constitui%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%BAblica+Federativa+do+Brasil&hl=pt-PT&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%BAblica%20Federativa%20do%20Brasil&f=false, (consultado em 26/02/2022).

Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS-8742/1993.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

PERINI, Silva: Psicologia da Educação: A observação científica como metodologia de estudo. Ed. Paulinas. São Paulo, 2004.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. Disponível em: http://www.oei.es/quipu/brasil/ec_inclu.pdf. Acessado em 22 de janeiro de 2022.

<https://www.gesuas.com.br/blog/passos-a-passos-para-a-correta-utilizacao-dos-recursos-da-assistencia-social/#:~:text=Por%20fim%2C%20toda%20a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o,ordenador%20de%20despesa%20com%20seguran%C3%A7a>, (consultado em 26/02/2022).

MOUNIER, E. (1976). *O personalismo*. Lisboa: Moraes.

NUTTIN, J. R. (1984). *Future time perspective and motivation*. Hillsdale: Erlbaum.

PIAGET, J. (1976). *Equilíbrio das estruturas cognitivas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

RIES, B. E. (2007). A aprendizagem sob um enfoque cognitivista: Jean Piaget. In J. LA ROSA (Org.). *Psicologia e educação: o significado do aprender*. 9.^a ed. Porto Alegre: EDIPUCRS.

ROGERS, C. R. (1974). *Tornar-se pessoa*. Lisboa: Moraes.

ROGERS, C. R. & ROSENBERG, R. L. (1977). *A Pessoa como centro*. São Paulo: EPU/EDUSP.

ROGERS, C. R. & STEVENS, B. (1987). *De pessoa para pessoa: o problema de ser humano*. São Paulo: Pioneira.

SCHUTZ, A. (1987). *Le chercheur et le quotidien: phénoménologie des sciences sociales*. Paris: Méridiens Klincksieck.

Páginas da internet

<https://tinyurl.com/35ahx99v>

<https://tinyurl.com/mr2jtf69>

<https://tinyurl.com/4v22452u>